

1. Identificação da reunião

Data	Horário		Local	Relator
	Início	Término		
05/03/2018	16h09	17h26	Gabinete da Presidência do TSE	Sérgio Três

2. Objetivo

5ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições:

- Experiência do Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América (EUA) e FBI no combate às *fake news*.

3. Participantes

Nome	Lotação
Representante da ABIN	Agência Brasileira de Inteligência - ABIN/GSI
Representante da ABIN	Agência Brasileira de Inteligência - ABIN/GSI
Antônio Augusto Brentano	Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Justiça e Segurança Pública/ACS/GM
Amaro Silveira Grassi	Fundação Getúlio Vargas - FGV/DAPP
Alessandro Barreto	Ministério da Segurança Pública (MESP)
Anchieta Nery	Ministério da Segurança Pública (MESP)
Murilo Salmito Nolêto	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
Liana Pedroso Dias Dourado de Carvalho	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
Sérgio Luís Fava	Departamento de Polícia Federal
Deji Okediji	Embaixada dos EUA
Rodrigo Bartolamei	Polícia Federal
Rômulo Fisch de Berredo Menezes	Polícia Federal
Eugênio Ricão	Polícia Federal
Andrei Rodrigues	Polícia Federal
Odilon Romano Neto	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
Renato Vargas Monteiro	Centro de Defesa Cibernética do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro
Deputado Hildo Rocha	Câmara Federal
Danilo Doneda	SaferNet Brasil
Otávio Viegas Caixeta	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Maximiliano Salvadori Martinhão	Telebras/CGI/MCTIC
Estêvão André Cardoso Waterloo	Supremo Tribunal Federal - STF/Gabinete da Ministra Rosa Weber
Aldo de Campos Costa	Ministério Público Eleitoral (MPE)
Ciro Leal Martins da Cunha	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
Izaías Faria de Abreu	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
Julianna Sant'Ana Sesconetto	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
Ministro Sérgio Banhos	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
Andreia Mesquita Gramacho	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
Ministro Luiz Fux	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

4. Assuntos tratados

4.1 O Ministro Luiz Fux deu início à reunião agradecendo a presença de todos, especialmente a vinda da equipe americana ao evento. Esclareceu que os palestrantes convidados providenciarão uma apresentação aos demais, com previsão de 60 minutos de duração.

4.2 Em nome da equipe americana, o Senhor (Diretor da Divisão de Crimes Cibernéticos do FBI¹), agradece a oportunidade de estar no TSE e poder compartilhar os conhecimentos que adquiriram recentemente, por ocasião da última eleição americana, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos, e registrando a presença de três adidos do Ministério da Justiça ao evento.

4.3 Acrescenta que a exposição pode ser interrompida por perguntas a qualquer momento e passa a palavra aos Senhores (Agente Especial do FBI), (Agente Especial, Supervisor de Operações Cibernéticas do FBI, em especial atividades estrangeiras nos EUA) e (Agente do Departamento de Justiça, trabalhando com contraespionagem, em especial para se evitar a interferência estrangeira), que realizarão a apresentação do material preparado.

4.4 O Senhor (Supervisor de Operações Cibernéticas) se apresenta e agradece a oportunidade de estar presente ao evento. O Senhor (Representante do Departamento de Justiça) também se apresenta e explica que muitas atividades são desenvolvidas em conjunto (FBI e Departamento de Justiça) para evitar infiltrações estrangeiras nos processos eleitorais.

4.5 O Senhor (Supervisor de Operações Cibernéticas) inicia a apresentação com a Lei de Registro de Agentes Estrangeiros (*Foreign Agents Registration Act* - FARA)². Informa que este Ato não proíbe a liberdade de expressão, a disseminação da informação e nem regula o conteúdo do discurso. A lei permite que haja transparência, tendo sido aprovada em 1938, em resposta aos alemães que realizavam propaganda política nazista nos Estados Unidos.

4.6 Estão sujeitos ao FARA quaisquer agentes de líderes estrangeiros³. Esses agentes precisam fornecer determinadas informações (entidade estrangeira, valores recebidos...) ao governo dos EUA. O FBI se incumba de armazenar cópia dos documentos apresentados para posterior acesso público:

4.6.1 Descrição da natureza da relação do agente com o líder estrangeiro e as atividades do agente;

4.6.2 Revelação das fontes que promovem e pagam pela diversidade de informações (pagamentos e despesas);

4.6.3 Catalogação conspícua dos materiais de informação;

4.6.4 Registros suplementares, a cada seis meses.

4.7 São atividades reguladas de acordo com o FARA (devem ocorrer dentro dos EUA):

4.7.1 Desenvolver atividades cujo objetivo seja influenciar qualquer autoridade do governo americano ou o público dos Estados Unidos em relação a:

4.7.1.1 Formular, adotar ou modificar uma política nacional ou estrangeira dos Estados Unidos;

4.7.1.2 Defender interesses políticos ou públicos do governo de um país estrangeiro ou de um partido político estrangeiro.

4.7.2 Atuar como conselheiro de relações públicas, agente de publicidade, funcionário de serviços de informações ou consultor político;

4.7.3 Solicitar, colecionar, desembolsar ou distribuir contribuições, empréstimos, dinheiro ou outros artigos de valor (exceção feita aos pedidos de caridade/humanitários);

4.7.4 Representar os interesses de um líder estrangeiro perante a quaisquer agências ou autoridades do governo dos Estados Unidos.

¹ O **Federal Bureau of Investigation** (FBI) opera sob a jurisdição do Departamento de Justiça dos EUA, e se reporta ao Procurador-Geral e ao Diretor de Inteligência Nacional americana.

² <https://www.fara.gov/idx-act.html#611>.

³ **Agente de um Líder Estrangeiro**: atua dentro dos Estados Unidos, em atividades encobertas, por ordem, ou a pedido ou sob direção e controle de um líder estrangeiro.

Líder Estrangeiro: governo estrangeiro, partido político estrangeiro, qualquer pessoa fora dos Estados Unidos (exceto cidadãos americanos que sejam domiciliados dentro dos Estados Unidos) ou qualquer entidade organizada de acordo com as leis de um país estrangeiro ou que tenha seu principal local de atividades em um país estrangeiro.

4.8 O FARA pode também ser utilizado para controlar atividades de lobby, propaganda, e até mesmo turismo. O Senhor (Supervisor de Operações Cibernéticas) apresenta ao público uma propaganda impressa em página do jornal *Washington Post*⁴, semanalmente publicada pelo *China Watch*⁵. Sendo assim, a propaganda e o patrocinador da notícia publicada são divulgados de forma explícita, conforme exemplo abaixo:

CHINAWATCH

This content is paid for and provided by an advertiser and the site is managed by WP BrandStudio. The Washington Post newsroom and WP BrandStudio were not involved in the creation of this content. Learn more about WP BrandStudio.

4.9 Esclarece que se a Embraer criasse uma fábrica para a produção de aviões nos EUA isso não seria regulamentado por este Ato (FARA), por ser apenas uma relação comercial.

4.10 Entretanto, como a lei é antiga, existem muitas lacunas que necessitam ser preenchidas. Sendo assim, o Senhor (Supervisor de Operações Cibernéticas) esclarece que não tem todo o apoio legal que precisaria, sendo necessário muitas vezes acompanhar as notícias diretamente nos jornais, exceto quando uma das partes já esteja envolvida em investigação criminal.

4.11 Nesses casos, o FBI manda uma carta solicitando o acesso às informações que necessita, a qual nem sempre é atendida pela parte, tendo em vista que a cooperação com o policiamento administrativo é voluntária. Entretanto, quando se constata que houve alguma violação deliberada de agente do líder estrangeiro (fraude ou sonegação de informações), o FBI pode agir com base nesta e em outras leis.

4.12 A mídia social corresponde a outra lacuna no Ato FARA. Dessa maneira, os legisladores estão buscando alterá-la para contemplar novas situações que foram surgindo ao longo dos anos. A violação deliberada do FARA é uma ofensa criminal grave, com penas de até cinco anos em prisão.

4.13 Muitos cidadãos estão agindo como *trolls* nas plataformas sociais, dentro dos EUA, tentando controlar como o público reage às notícias que são divulgadas e o Departamento de Justiça já decidiu que nesses casos está havendo violação das leis.

4.14 O Senhor (Representante do Departamento de Justiça) esclarece que o FARA busca proteger a liberdade de expressão. Assim, mesmo que a informação seja totalmente errada ou corrosiva, ela pode ser divulgada, mas os órgãos de controle buscarão a origem da informação e tentarão identificar o ator por trás da notícia e expor sua motivação para ele ter realizado tal conduta. Busca-se mais a transparência do processo, que o controle do conteúdo divulgado.

4.15 Informa ainda que a *RTT American* trabalhava divulgando os interesses russos, da mesma maneira que a *RIA internacional (Sputnik)* nos EUA. Nesses dois casos, ninguém foi processado civil ou criminalmente, porque ambas se registraram retroativamente no FARA, passando a agir dentro da lei, como representantes de um estado estrangeiro, em defesa de seus interesses.

4.16 O Senhor Otavio Viegas Caixeta pergunta se a exposição do agente estrangeiro é a meta do FARA.

4.17 O Senhor (Supervisor de Operações Cibernéticas) responde que sim, não apenas nos EUA, mas também no país de origem. A exposição, nesse caso, é dada pelo Departamento de Justiça, que faz uma apresentação das informações apuradas à imprensa (*press release*). Quando não há controvérsias sobre a questão, não há a necessidade de realização de *press release*: a organização americana equivalente à OAB⁶ brasileira passa a fazer o acompanhamento da situação.

4.18 O Ministro Luiz Fux pergunta como se dá o controle das *fake news* sem a violação da liberdade de expressão.

4 The *Washington Post*, mais conhecido por *Washington Post*, ou até mesmo por *Post*, é o jornal de maior circulação publicado em Washington, D.C., e foi fundado em 06/12/1877, tornando-o o mais antigo jornal existente da área. Localizado na capital dos Estados Unidos, o jornal tem uma ênfase particular na política nacional. As edições diárias são impressas para o Distrito de Columbia, Maryland e Virginia.

5 Patrocinado pelo governo chinês, o *China Watch* publica em jornais estrangeiros notícias informativas e diversas sobre o desenvolvimento dinâmico da China contemporânea, incluindo as últimas notícias dos setores de tecnologia, negócios, viagens, cultura, sociedade e esportes. No *Washington Post*, nos EUA: <http://chinawatch.washingtonpost.com/>. No *The Telegraph*, no Reino Unido: <https://www.telegraph.co.uk/news/world/china-watch/>.

6 OAB = Ordem dos Advogados do Brasil.

4.19 O Senhor (Representante do Departamento de Justiça) informa que o Departamento de Justiça não realiza este controle da qualidade da informação, pois isso seria impossível. Buscam, no fundo, educar o público e descobrir a fonte da informação divulgada, bem como sua motivação, e como estas informações violam as leis americanas.

4.20 Acrescenta que o Conselho Especial⁷ americano pôde recentemente esclarecer como foram os fatos das eleições presidenciais americanas e expô-los detalhadamente, ligando-os a ator estrangeiro. Relembra que quando não há o registro do agente estrangeiro no FARA, o ator se torna sujeito ao processo criminal.

4.21 O Senhor (Supervisor de Operações Cibernéticas) inicia a apresentação da segunda lei que eles utilizam, a 18 USC § 951. Trata do Código Civil dos EUA e aborda a questão do agente ilegal de um governo estrangeiro. Nesta norma, “leves espionagens” são buscadas para se poder tentar acesso às informações confidenciais. Se os agentes estrangeiros estiverem registrados junto ao Procurador-geral, não estarão sujeitos ao processo criminal:

4.21.1 (a) Aquele que. . . agir nos Estados Unidos como um agente de um governo estrangeiro sem a notificação prévia ao Procurador Geral de Justiça... será multado... ou preso por não mais de dez anos.

4.21.2 (d) “Agente de um governo estrangeiro” significa um indivíduo que concorda em operar... sujeito ao controle ou direção de um governo ou autoridade estrangeira.

4.22 Apresenta a seguir 10 fotos de agentes da FSB⁸, disfarçados de americanos, não registrados. Todos foram presos, processados e extraditados por conta disso. Esses russos ilegais buscavam relacionamentos pessoais para influenciar futuramente a espionagem contra os EUA.

4.23 Nenhuma das leis impede a conduta, mas todas exigem a transparência dos atores. Não havendo a identificação dos atores junto aos órgãos competentes, fica caracterizado o crime.

4.24 O Senhor (Supervisor de Operações Cibernéticas) apresenta as semelhanças e diferenças entre a FARA e a Lei 18 U.S.C. § 951:

4.24.1 Ambas as leis abordam a conduta de “agentes estrangeiros” e requerem prova de direção e controle por uma entidade ou pessoa estrangeira;

4.24.2 FARA cobre uma classe mais ampla de “líderes estrangeiros,” ao passo que o 951 somente abarca agentes de governos estrangeiros;

4.24.3 951 cobre uma variedade mais ampla de condutas;

4.24.4 Para obter uma condenação criminoso, o 951 não requer prova de deliberação.

4.25 A seguir o Senhor (Supervisor de Operações Cibernéticas) acrescenta que a lei tradicional de espionagem é a 18 US § 793, a qual também pode ser usada para o controle das informações transmitidas.

4.26 A Lei 18 US § 794 trata da coleta ou entrega de informações de defesa para ajudar um governo estrangeiro ou para prejudicar os EUA.

7 O Conselho Especial dos Estados Unidos (*The United States Office of **Special Counsel***) é uma agência federal permanente e independente de investigação e promotoria. Uma investigação do Conselho Especial iniciada em maio de 2017 foi liderada pelo atual advogado especial dos Estados Unidos, Robert Mueller, ex-diretor do Escritório Federal de Investigação (FBI). A investigação está examinando a interferência russa nas eleições dos Estados Unidos de 2016, incluindo a exploração de qualquer ligação ou coordenação entre a campanha presidencial de Donald Trump em 2016 e o governo russo. A investigação de Mueller agrupou várias investigações existentes do FBI, incluindo aquelas envolvendo o ex-presidente da campanha Paul Manafort e o ex-assessor de segurança nacional Flynn. Mueller reuniu uma equipe de advogados para conduzir a investigação sobre os vínculos entre associados de Trump e funcionários russos, juntamente com assuntos relacionados.
[https://en.wikipedia.org/wiki/Special_Counsel_investigation_\(2017%E2%80%93present\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Special_Counsel_investigation_(2017%E2%80%93present)).

8 **FSB** é uma agência russa de serviços de informação que sucedeu ao KGB no que diz respeito aos assuntos domésticos, foi criada em 12 de abril de 1995. A sigla significa Serviço Federal de Segurança da Federação Russa. A KGB foi a principal organização de serviços secretos da União Soviética, que desempenhou suas funções entre 13 de março de 1954 e 6 de novembro de 1991. KGB pode ser literalmente traduzido como “Comitê de Segurança do Estado”.

4.27 O Senhor (Representante do Departamento de Justiça) apresenta que a divisão cibernética dos EUA utiliza a 18 USC § 1030, como prevenção ao *hacking*⁹, no combate às fraudes e abuso no uso de computadores. Esta foi a norma adotada para tratar as muitas informações que foram divulgadas pelo *site Wikileaks*¹⁰.

4.28 Dependendo do arranjo que indivíduos ou entidades americanas tenham com organizações estrangeiras, eles também podem ser responsabilizados pelos EUA, “mesmo que os dedos do *hacker* não estejam no teclado”. Pelo rastro de ligações e conexões entre as partes, as partes americanas podem ser responsabilizadas.

4.29 A última lei americana a ser abordada trata das campanhas financeiras: Lei 52 USC parágrafo 30121, que proíbe a doação de recursos estrangeiros a partidos políticos e candidatos. Se a parte estrangeira comprovar o depósito, a pessoa ou entidade que o recebeu poderão ser responsabilizadas por isso.

4.30 O Senhor (Supervisor de Operações Cibernéticas) informa que nenhuma das leis é perfeita, requerendo que os agentes busquem como enquadrar o delito que surge dentre as possibilidades abrangidas por cada uma das normas legais, mas o arcabouço legal lhes permite trabalhar de maneira bastante adequada.

4.31 O Senhor Estêvão André Cardoso Waterloo relata que o maior esforço que tem sido realizado é na identificação do agente causador do dano. Sendo assim, questiona como o FBI e o governo americano trabalham com as mídias sociais, como Facebook, em especial, na suspensão de conteúdos e se é frequente que isto aconteça.

4.32 O Senhor (Representante do Departamento de Justiça) informa que isto ocorre de várias formas. Quando as regras de conduta do serviço não são observadas, isso é fácil, e a própria plataforma se encarrega de remover o conteúdo. Não obstante, o ideal é se buscar uma parceria com os provedores das plataformas e apresentar a eles o que está tramitando de forma indevida em seus aplicativos, de forma maliciosa, removendo-se este conteúdo malicioso para não se afetar aqueles que estão usando a ferramenta legitimamente para expressar sua liberdade de expressão.

4.33 O Senhor (Supervisor de Operações Cibernéticas) informa que as plataformas nem sempre concordam com os questionamentos apresentados pelos órgãos de controle. Nesses casos, quando há divergência entre os órgãos de controle americanos e as empresas, há uma audiência com um juiz, para a comprovação ou não do dano. Cumpre-se o que ficar decidido.

4.34 O Senhor Maximiliano Salvadori Martinhão pergunta como se dá a intermediação dos interesses dos partidos políticos que são afetados pelas notícias divulgadas entre os órgãos do governo e as plataformas sociais.

4.35 O Senhor (Representante do Departamento de Justiça) esclarece que quando o crime pode ser apurado, uma investigação é aberta. O desafio que surge é nos casos onde o evento apurado se dá a favor de um e contra o outro partido político. Nestes casos, poder-se-ia ter a impressão de que um está levando vantagem sobre o outro, respaldada por um órgão do governo. A remoção deste aspecto político é o maior desafio, colocando-se a denúncia mais no nível do policiamento da veracidade e na integridade dos dados.

4.36 Acrescenta que o FBI compõe uma força tarefa contra os crimes cibernéticos, terrorismos, contrainteligência, e buscam agregar os dados que cada órgão integrante consegue apurar e chegar a uma conclusão. Assim, consegue-se um engajamento do FBI e de outros órgãos na solução desses problemas.

4.37 O Senhor Danilo Doneda pergunta se todas as preocupações são centradas em agentes estrangeiros e não só em americanos que fazem mau uso das plataformas sociais. Questiona ainda como se dá a integração dos órgãos de fiscalização com as empresas de *fact checking*.

⁹ **Hacking** é a atividade de se realizar modificações e manipulações não triviais ou não autorizadas em sistemas de computação de modo a se obter soluções e efeitos extraordinários, que extrapolam os limites do funcionamento “normal” dos sistemas como previstos pelos seus criadores, incluindo, por exemplo, contornar barreiras que supostamente deveriam impedir o controle de sistemas e o acesso aos dados.

¹⁰ **WikiLeaks** é uma organização transnacional sem fins lucrativos, sediada na Suécia, que publica, em sua página, postagens de fontes anônimas, documentos, fotos e informações confidenciais, vazadas de governos ou empresas, sobre assuntos sensíveis.

4.38 O Senhor (Representante do Departamento de Justiça) informa que 320 milhões de americanos produzem bilhões de posts... Então, é impossível para o FBI, ou o governo, fiscalizarem tudo. Assim, as parcerias com as empresas de *fact checking* são essenciais. O FBI divulga diversas informações para as empresas e trabalham juntos para buscar reduzir as *fake news*. Complementarmente, usam outros parceiros, como a imprensa, a educação da população, e outros métodos, sempre buscando minimizar os efeitos das *fake news*.

4.39 Felizmente, tem havido também um desenvolvimento desses problemas no meio acadêmico, buscando-se energizar este processo. Lembra que os americanos também podem ser responsabilizados se agirem como agentes estrangeiros, se não esclarecerem fontes de financiamento ou caso se recusem a expor a fonte de financiamento de forma deliberada.

4.40 O Senhor (Supervisor de Operações Cibernéticas) agradece a todos em nome do Departamento de Justiça dos EUA e ressalta que muitas coisas podem ser melhoradas nas leis americanas, mas que todos estão fazendo o melhor possível com as ferramentas disponíveis.

4.41 Além disso, as medidas a serem adotadas não se limitam ao FBI, mas a todas as instituições que colaboram com este processo eleitoral, cada qual dentro dos seus limites de ação, e todos precisam trabalhar juntos, inclusive o setor privado, uma vez que os problemas não irão desaparecer.

4.42 O Senhor (Adido Legal americano) agradece a oportunidade de divulgar o trabalho da força-tarefa americana ao público presente, e informa que isto pode ser feito na forma de uma parceria com outros países.

4.43 Esclareceu que eles não têm dúvidas da interferência que ocorreu nas últimas eleições americanas e colocou-se à disposição para se produzir um documento de colaboração entre o governo americano e o brasileiro para tratar desses assuntos e mitigar a influência dessas interferências nas próximas eleições brasileiras, assim como nas de outros países.

4.44 O Ministro Luiz Fux agradece a todos os componentes da equipe americana, por sua participação nesta inestimável colaboração entre os países, acrescentando que os EUA são considerados um país-irmão ao Brasil.

4.45 A seguir, realiza a entrega de lembranças aos visitantes, em agradecimento à participação de cada um nesse esforço colaborativo para ajudar o Brasil nesse processo eleitoral de 2018.

4.46 Ao final, o Ministro Luiz Fux informa que a 6ª reunião do Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições ocorrerá em 19/03/2018, às 15h, no Gabinete da Presidência do TSE, encerrando o evento.

5. Pendências

Ação	Responsável	Data prevista
Envio do arquivo apresentado na palestra aos membros do Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições	TSE	8.3.2018

6. Anexos

6.1 Arquivo em formato *Powerpoint*: "Leis dos Estados Unidos Visando Influência e Interferência Estrangeira".

7. Fechamento

Data	Nome do relator
05/03/2018	Sérgio Trés



Leis dos Estados Unidos Visando Influência e Interferência Estrangeira

Lei de Registro de Agentes Estrangeiros (FARA [sigla em inglês])

22 U.S.C. § 611 *et seq.*

História e Objetivo da FARA

- Colocada em vigor em 1938 em resposta aos que faziam propaganda política nazista nos Estados Unidos
- O escopo atual é mais amplo: tentativas de influenciar a tomada de decisão do governo dos Estados Unidos e a opinião pública americana
- Revelação/Transparência de atividades: identificar os agentes envolvidos em atividades para influenciar e disseminar informações através de registro público
- **A Lei não proíbe a disseminação da informação e não regula o conteúdo do discurso**

Quem está Sujeito à FARA?

“Agentes de Líderes Estrangeiros”

- Líder Estrangeiro
 - Governo estrangeiro
 - Partido político estrangeiro
 - Qualquer pessoa fora dos Estados Unidos (exceto cidadãos americanos que sejam domiciliados dentro dos Estados Unidos)
 - Qualquer entidade organizada de acordo com as leis de um país estrangeiro ou que tenha seu principal local de atividades em um país estrangeiro
- Agente de um Líder Estrangeiro
 - Atua dentro dos Estados Unidos, em atividades encobertas, por ordem, ou a pedido ou sob direção e controle de um líder estrangeiro

Atividades Encobertas de Acordo com a FARA

(Devem ocorrer dentro dos Estados Unidos)

- Atividades cujo objetivo é influenciar qualquer autoridade do governo americano ou o público dos Estados Unidos em relação a:
 - Formular, adotar ou modificar uma política nacional ou estrangeira dos Estados Unidos
 - Interesses políticos ou públicos do governo de um país estrangeiro ou de um partido político estrangeiro
- Atua como conselheiro de relações públicas, agente de publicidade, funcionário de serviços de informações ou consultor político
- Solicita, coleciona, desembolsa ou distribui contribuições, empréstimos, dinheiro ou outros artigos de valor
 - Exceção feita aos pedidos de caridade/ humanitários
- Representa os interesses de um líder estrangeiro perante a quaisquer agências ou autoridades do governo dos Estados Unidos

FARA - Revelações Feitas por Registrantes

- Descrição da natureza da relação do agente com o líder estrangeiro e as atividades do agente
- Revelação das fontes que promovem e pagam pela diversidade de informações e revelam pagamentos e despesas
- Catalogação conspícua dos materiais de informação
- Registros suplementares a cada seis meses

FARA - Isenções

- Isenções

- Pessoal diplomático credenciado
- Ações para promover o genuíno negócio ou comércio do líder estrangeiro ("isenção comercial")
- Atividades religiosas, acadêmicas, científicas ou de belas artes
- Representação legal em processos para os quais o registro é feito
- Atividades lobísticas sob a Lei de Divulgação Lobística (fazer lobby em nome de uma pessoa estrangeira ou de interesses comerciais estrangeiros), exceto se o governo estrangeiro for o principal beneficiário

FARA - Policiamento e Penalidades

- O processo criminal requer uma violação deliberada
 - A falha deliberada em registrar ou fazer declarações falsas/omissões intencionais nas representações são acusações prováveis
 - Um crime de cinco anos
- Disponibilidade de medidas cautelares civis

FARA - Lacunas no Policiamento

- A cooperação com o empenho do policiamento administrativo é **voluntária**
 - Incapacidade de obrigar a apresentação de documentos ou entrevistas
 - Frequentemente a Unidade de Registro da FARA descobre a obrigação em potencial de acompanhar relatórios de fontes abertas ou queixas de cidadãos
 - A Unidade FARA deve se basear em “cartas de inquirição” para conseguir a informação
 - A autoridade para inspecionar os registros estende-se somente às partes que se registraram na FARA
 - Uma autoridade que exija uma investigação civil ajudaria nossos empenhos
- Isenção à Lei de Divulgação Lobbyística (cobre o lobby em nome de interesses comerciais estrangeiros)
 - Problema de empresas estatais
- Novas tecnologias como a mídia social, apresentam desafios

Registros Notáveis

- Alguns registrantes antigos:
 - NHK of Japan
 - Korea News
 - China Daily (inserido no Washington Post)
- Registrantes Recentes:
 - TNR Production & RTT American (RT/TV Novosti)
 - RIA Global (Sputnik/Rossoya Segodnya)
 - Michael Flynn (Turquia)

Casos Recentes

- 10 anos antes de 2018 - 4 casos criminosos acusados de violação da FARA
 - 1 resultou em condenação no julgamento
 - 2 se declararam culpados por violar a FARA
 - 1 declaração de culpa relacionada a acusações que não são FARA e uma absolvição de um co-réu
- **2018 – Denúncia do Gabinete de Advogado Especial de “trolls” da Rússia**
- Em cada caso houve uma acusação de conduta criminosa além da FARA

Código Civil dos EUA

18 § 951

Agente Ilegal de um Governo Estrangeiro

18 U.S.C. § 951

- (a) Aquele que. . . **agir** nos Estados Unidos como um **agente de um governo estrangeiro** sem a **notificação prévia** ao Procurador Geral de Justiça. . . será multado. . . ou preso por não mais de dez anos.
- (d) “**Agente de um governo estrangeiro**” significa um indivíduo que **concorda** em operar. . . sujeito ao **controle ou direção** de um **governo ou autoridade estrangeira.**”

Exclusões da Definição “Agente de um Governo Estrangeiro”

- Autoridades consulares ou diplomáticas devidamente credenciadas de um governo estrangeiro (§ 951(d)(1))
- Qualquer autoridade ou representante de um governo estrangeiro reconhecido e patrocinado oficialmente e publicamente (§ 951(d)(2))
- Qualquer membro da equipe ou funcionário de uma autoridade, de um executivo ou de um representante, oficialmente reconhecido e patrocinado, que não seja um cidadão americano (§ 951(d)(3))
- Qualquer pessoa envolvida em uma transação comercial legal (§ 951(d)(4))

Elementos de um Crime Contra § 951

- O réu atuou como um agente de um governo estrangeiro
- O réu não notificou o Procurador-Geral da Justiça de que estaria atuando nos Estados Unidos como um agente de um governo estrangeiro **antes** de sua atuação
- O réu atuou conscientemente e sabia que não havia notificado o Procurador-Geral da Justiça

Revisão de 2016 das Persecuções do § 951

- Revisão de 31 casos da década anterior, com acusações envolvendo o § 951
- Casos geralmente caíam em duas categorias :
 - Coleta de informações em nome de governos ou serviços de inteligência estrangeiros
 - Por Exemplo: atividades do tipo de espionagem onde a informação procurada é sensível, mas não sigilosa
 - Obtenção ou evasão de sanções ou leis de exportação americanas

Os Russos Ilegais



Desafios nos Casos Envolvendo o § 951

- Estabelecer evidências admissíveis (e não sigilosas) de direção e controle
- Estabelecer que a(s) pessoa(s) ou entidade para a(s) qual(is) o réu atua é uma representação do governo estrangeiro
- Proteger os interesses de inteligência no julgamento

Semelhanças e Diferenças entre a FARA e 18 U.S.C. § 951

- Ambas as leis abordam a conduta de “agentes estrangeiros” e ambas requerem prova de direção e controle por uma entidade ou pessoa estrangeira
 - FARA cobre uma classe mais ampla de “líderes estrangeiros,” ao passo que o 951 somente cobre agentes de governos estrangeiros
 - 951 cobre uma variedade mais ampla de condutas
 - Para obter uma condenação criminoso, o 951 não requer prova de deliberação

Leis Contra a Espionagem

18 U.S.C. § 794 – Coleta ou Entrega de Informações de Defesa para Ajudar um Governo Estrangeiro ou para Prejudicar os Estados Unidos

- Resumo – A seção 794 inclui pelo menos três proibições ou crimes diferentes relacionados à divulgação de informações para qualquer governo ou facção estrangeira ou agentes destes, relacionadas à defesa nacional, com intenção ou razão para acreditar que tal revelação ajudará uma nação estrangeira ou prejudicará os Estados Unidos, incluindo conspiração
- Penalidades – As penalidades máximas para violações da Seção 794 são a pena de morte ou prisão perpétua, e as condenações por conspiração são punidas da mesma forma
- Perda de anuidades ou aposentadoria para a pessoa e seus sobreviventes, 5 U.S.C. § 8312

18 U.S.C. § 793

- 18 U.S.C. § 793(d) – Transmissão ou comunicação não autorizada de um documento ou informação por pessoa autorizada
- 18 U.S.C. § 793(e) – Retenção deliberada por pessoa não autorizada
- 18 U.S.C. § 793(g) – Conspiração para violar qualquer das proibições ou crimes previstos no 18 U.S.C. § 793

Leis Contra o Hacking

18 U.S.C. § 1030

Fraude e abuso de computadores

- § 1030(a)(2): Obter informações sem autorização
 - Com o objetivo de obter vantagens comerciais ou ganho financeiro privado
 - Para promover outros atos criminosos ou ilegais
 - O valor da informação excede US\$5.000,00
- § 1030(a)(7): Extorsão através de roubo de informação por meio de hacking ou dano a computadores

Outras Acusações Comuns de hacking

- Fraude eletrônica: 18 U.S.C. § 1343
- Lei do Grampeamento Eletrônico : 18 U.S.C. § 2511
- Roubo agravado de identidade: 18 U.S.C. § 1028A

Lei de Campanhas Financeiras

52 U.S.C. § 30121


- Uma pessoa não pode pedir, aceitar ou receber de uma pessoa estrangeira:
 - uma contribuição ou doação em dinheiro
 - alguma coisa de valor
- Desafio: Provar que o recipiente conhece a identidade do hacker

How Russian networks worked to boost the far right in Italy

An analysis of social networks reveals how Kremlin-backed media outlets boosted xenophobic discourse

THE CONVERSATION ABOUT IMMIGRATION IN ITALY ON SOCIAL NETWORKS

Analysis of 1,055,774 comments generated by 98,191 users between February 1 and July 31, 2017.

 **85.2%** of the users in the conversation come from **Twitter**

PRO-IMMIGRATION COMMUNITIES

42,495 users
(53% of the total)

219,187 tweets
(27% of the total)

The narratives are based on local media outlets such as *Redattore Social*, *Open Migration*, *Famila Cristiana*, *Radio Vaticana* and *Rai*.

Foreign media outlets related to this community include *The Guardian*, *Euronews* and *VICE*.

NEUTRAL COMMUNITIES

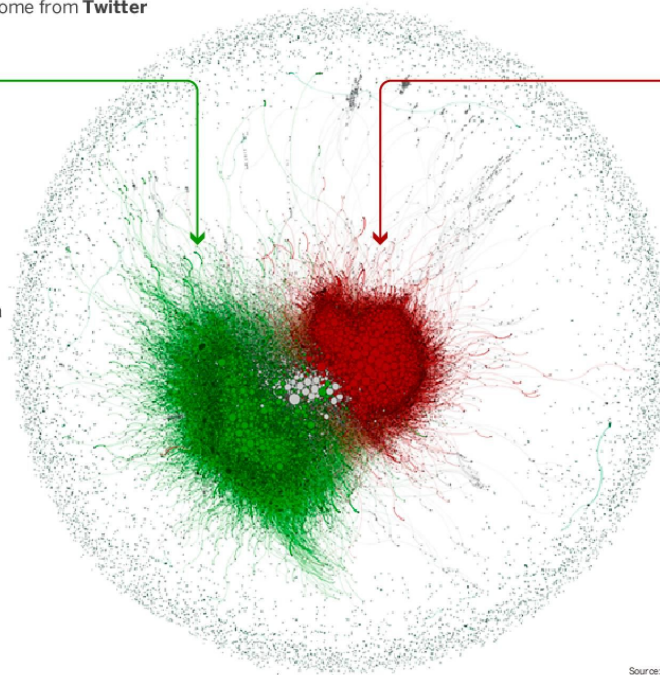
ANTI-IMMIGRATION COMMUNITIES

25,325 users
(32% of the total)

562,168 tweets
(68% of the total)

Sputnik Italia is the **second most influential international media outlet** in the debate.

90.4% of the content distributed by *Sputnik Italia* and *Russia Today* comes from anti-immigration communities.



Source: Alto Data Analytics and in-house. EL PAÍS

DAVID ALANDETE DANIEL VERDÚ

Milan / Rome 1 MAR 2018 - 18:21 CET

The Russian meddling machine has been focusing on Italy in recent months, conducting a disinformation campaign on the migration situation in order to drum up support for radical parties ahead of the general elections scheduled for Sunday.

According to an analysis of 1,055,774 posts from 98,191 social media profiles to which EL PAÍS has had access, a network of anti-immigration and anti-NGO activists has been sharing links of [stories published mostly by Sputnik](#), a media organization owned by the Russian government and operating in Italian among other languages, in order to propagate a false image of Italy. In this scenario, the country has been invaded by refugees who are to blame for unemployment and inflation, in the midst of a crisis made only worse by the passive attitude of pro-European politicians; ultimately, the European Union itself is held up as a culprit.

A few examples of stories run by Sputnik include: “In 2065, quota immigrants in Italy could exceed 40% of the total population,” and “Migrant chaos, the beginning of a social war.”



SOME EXAMPLES OF ANTI-IMMIGRATION CONTENT PUBLISHED ON ‘SPUTNIK’



“In 2065 quota immigrants in Italy could exceed 40% of the total population”



“Immigration, it is better to be without a heart than to lose your country”



“Migrants chaos, the beginning of a social war”



“We close the ports or we will drown under the wave of migrants (and hypocrisy)”

"Migrants chaos, the beginning of a social war"

"We close the ports or we will drown under the wave of migrants (and hypocrisy)"



"The EU as Pontius Pilate. Italy alone to tackle the crossroads of migratory flows"



"Bill Gates urges to save Europe from immigrants"

Source: Screen grabs from Sputnik Italy.

EL PAÍS

Alto Data Analytics, a global company that uses big data and artificial intelligence to [analyze public opinion in the media and social sites](#), showed this newspaper a study of 3,164 sources containing news, blog posts and videos published between February 1 and July 31, 2017.

The conclusion is that Sputnik Italia has been very influential in radicalizing the public debate over the immigration crisis. Of all foreign media operating in Italy, Sputnik was the second-most influential, following the Italian version of The Huffington Post, according to Alto Dato Analytics, whose algorithms rank websites by user numbers and intensity of shares on social media, much like Google's algorithms.

Increasingly successful radical speech has replaced nuanced debate, which has been conspicuously absent for months

The immigration debate has become the central issue of Italy's campaign, which has hardly touched on other topics. Surveys show that any party without a clear position on immigration will be left out of the picture on Sunday. This situation is reflected by tension on the streets and on social media, where nuanced debate has been conspicuously absent for months, and replaced with increasingly successful radical speech.

The rise of the League, a party with xenophobic tendencies headed by Matteo Salvini and part of a powerful center-right coalition led by Silvio Berlusconi, or Casa Pound, an openly fascist group that hopes for a spot in parliament, are just two examples.

Sputnik was a key player in the strategy of Italian destabilization, but it was not the only one. There was another network of small websites focusing almost exclusively on anti-immigration messages such as "All the Immigrants' Crimes," "The Populist" or "Italy, my homeland." An indication of activity by automated accounts, or bots, which are used to [make content go viral](#), is that with twice as many members, the pro-immigration community still published less than half as many comments as those posted by anti-immigration users. Within the sample period, anti-immigrant profiles on Twitter created 68% of all comments on the topic.

90% of those who shared Sputnik content were profiles who regularly disseminate anti-immigration messages in Italian

The Russian misinformation networks used the same pattern in this case as in the past: questionable sources, biased experts and sensationalist headlines that were shared by tens of thousands of accounts with the goal of making the content viral and amplifying the perceived problem. The UK parliament is analyzing Russian

accounts with the goal of making the content viral and amplifying the perceived problem. The UK parliament is analyzing Russian influence on the Brexit referendum, and the Spanish Congress is doing the same [with regard to the secessionist crisis in Catalonia](#). In the US, a special counsel is investigating Russia's role in the 2016 presidential elections.

In 2016, when the immigration crisis reached a climax with 181,436 new arrivals (according to Interior Ministry data), Italy was already at a critical juncture. The forecast was that there would be a further rise of 30% in migrant arrivals in 2017, a figure that fueled racist-tinged, populist rhetoric by most political parties. The trend affected the government, which was unable to push forward a fundamental law to grant citizenship to the children of immigrants. Above all, it gave wings to the more radical rhetoric spread by the League, which took control of the discourse and began rising in the polls.

HOW THE IMMIGRATION DEBATE IN ITALY WAS POISONED

Sputnik, the Kremlin's news agency, and the RT television channel are among the 100 most influential media outlets in terms of the anti-immigration narrative, according to an analysis by the company Alto Data Analytics, which took into account 3,100 sources of content.

Some of the headlines of the articles published by Sputnik Italia in the last year included the headlines: "Immigration, it is better to live without a heart than to lose your country." Or: "In 2065 quota immigrants in Italy could exceed 40% of the total population." And: "The EU as Pontius Pilate. Italy alone to tackle the crossroads of migratory flows."

According to the analysis by Alto, the Italian version of Sputnik is the second-most-influential outlet in the Italian digital debate, only behind the US website The Huffington Post. Taking into account domestic and international media, Sputnik is in the 40th spot in terms of influence, according to an analysis by Alto Data Analytics, which is based on an algorithm similar to that used by Google to rank the relevance of websites.

The Alto study reflects the fact that Sputnik achieves a disproportionate influence in the Italian digital conversation, despite having just over 45,000 followers on Facebook and slightly more than 6,300 followers on Twitter. This impact can be explained by the very active participation of a

influence in the Italian digital conversation, despite having just over 45,000 followers on Facebook and slightly more than 6,300 followers on Twitter. This impact can be explained by the very active participation of a reduced number of influential accounts of anti-immigrant users. Despite the fact that anti-immigrant users in Italy are only 32% on Twitter, their tweets represent more than two-thirds of the conversation, Alto explains.

The Italian version of Sputnik is one of the more than 30 versions in different languages from the Russian agency, which also has services in English, Spanish, German, French, Chinese and Arabic. The RT channel does not have a version in Italian, but its versions in English and Spanish are followed on Twitter by millions of accounts. With its dissemination of extreme content, Sputnik and RT join a number of new digital media outlets that are contributing to the polarization of the debate, reinforcing local narratives, the Alto analysis concludes.

"Sputnik and RT have become just another source for those radicalized voters who look for any excuse to find proof that immigrants are bad," explains Eleonora Tafuro Ambrosetti, a researcher at the Milan Institute for International Political Studies.

The data analysis shows that 90% of those who shared Sputnik content were profiles who regularly disseminate anti-immigration messages in Italian. According to Alto Data, "messages from this community closely link immigration with insecurity, crime and terrorism, and in some cases, with conspiracy theories such as the one positing that the migration crisis is part of a larger strategy to destabilize the country."

One of the biggest fears of the current government of Paolo Gentiloni and of the social-democratic Democratic Party (PD) was that the campaign would end up being dominated by the immigration debate. It was fertile territory for the rise of the extreme right and the discourse of the League and Brothers of Italy, the two parties that form the center-right coalition, which today is leading all the polls, nearly with an absolute majority. That was why the interior minister, Marco Minniti, designed a plan with the Libyan government and the army to put a stop to the arrivals. It worked. From July onward, the Coast Guard started to take action, and arrivals fell dramatically.

action, and arrivals fell dramatically.

In the end, the year closed with 119,369 migrant arrivals, and the social tension was notably reduced.

But on February 4, just a month before the elections, an incident saw all of that work go to waste. A 28-year-old man, a candidate for the League in a northern town, fired shots from his car at a number of African immigrants, injuring six of them. In a surprising twist, the League managed to take control of the narrative once more, and [blamed the incident on the social tension](#) caused by immigration.

In a habitual practice seen in its interference in other countries such as Germany, Russia has cultivated relationships with parties on both ends of the political spectrum in Italy. Its links with the League and the populist Five Star Movement have been evident for two years. Salvini was seen in March 2017 with Sergei Zheleznyak, in charge of relations with European parties at the Kremlin. That day an agreement that had been months in the making was signed, also via displays of admiration by Salvini for Vladimir Putin and the electoral promise of breaking with the trade embargoes against Russia, which, according to the League leader, have cost Italy €5 billion and have had a particular effect on Italian meat and textile companies.

The text speaks of “cooperation in areas of security, the defense of traditional values and future economic cooperation between Italy and Russia.” It’s an idea that can also be seen in all of the documents signed with the National Front (FN) of Marine Le Pen in France, or with the far-right Austrian Freedom Party. Both, like the League and the Five Star movement, are belligerent with the European Union.